

## PREVIDÊNCIA

Operação da Polícia Federal vai atrás de criminosos que abrem contas bancárias em banco público para se apossar de recursos de aposentados e pensionistas

# Quadrilha usava Caixa para desviar benefícios

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação TBM, cujo objetivo é apurar fraudes em benefícios previdenciários. As diligências apontam que os criminosos atuavam por meio de falsificação de documentos e abertura de contas irregulares na Caixa Econômica Federal. O objetivo era receber recursos destinados ao pagamento de beneficiários da Previdência — como aposentados, pensionistas e pessoas que recebem alguma espécie de

ajuda do governo (por invalidez temporária ou mesmo gravidez).

Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. De acordo com a PF, “as investigações indicam que, entre os anos de 2019 e 2022, um grupo criminoso, composto por 11 pessoas, se passava por beneficiários do INSS. Utilizando documentos falsos, os criminosos abriram contas na CEF e solicitaram a transferência de benefícios previdenciários (TBM) para essas contas”.

As investigações apontam, ainda, que em algumas ocasiões, os criminosos levantaram empréstimos consignados, usando a margem dos benefícios desviados. Dessa forma, além de falsificar benefícios previdenciários, os criminosos utilizam manobras para conseguir empréstimos bancários, de acordo com a margem liberada pelo poder público para a pessoa vítima de fraude.

“Os reais beneficiários, ao perceberem que seus benefícios não haviam sido recebidos, procuravam o INSS e descobriam que os valores tinham sido desviados

para contas desconhecidas abertas pelos falsários”, salienta a PF.

A Força-Tarefa Previdenciária — o grupo é composto por integrantes do Ministério da Previdência Social, PF e Ministério Público Federal (MPF) — também participou da operação. As investigações revelaram fraudes em, pelo menos, 49 contas da Caixa e benefícios previdenciários. Ao longo das diligências, os agentes perceberam que as identidades utilizadas pelos criminosos eram confeccionadas com fotos dos mesmos investigados.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Um pouco da memória de Dilma não faria mal a Lula

Novo entre 10 petistas têm a convicção de que a história do Brasil seria diferente se a ex-presidente Dilma Rousseff desistisse da reeleição e apoiasse a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, nas eleições de 2014. É uma avaliação que se baseia muito mais no papel dos indivíduos na história do que no balanço crítico da política que vinha sendo executada pelo governo, cujo colapso econômico viria a ser decisivo para o impeachment da ex-presidente, muito mais do que o escândalo da Petrobras.

Ainda hoje, a maioria do partido não fez autocrítica da estratégia da “nova matriz econômica”, pautada por uma visão nacional-desenvolvimentista desconectada da realidade econômica mundial, e, mais ainda, do seu contexto político. Haja vista a oposição que ainda faz ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por não aderir às teses que fundamentaram aquele fracasso.

A reeleição de Dilma embaçou a avaliação sobre o significado e a profundidade reais das manifestações de protestos ocorridas a partir de junho de 2013, que foi uma explosão de insatisfação popular. Como se sabe, tudo começou quando estudantes do Movimento Passe Livre (MPL) queimaram uma catraca de papelão, interrompendo o tráfego na Avenida 23 de Maio, na altura do Vale do Anhangabaú, centro da cidade de São Paulo.

Lutavam contra o aumento das tarifas do transporte público, que haviam subido de R\$ 3 para R\$ 3,20 no início do mês. A polícia reprimiu o protesto como tinha feito de outras vezes. Porém, em menos de duas semanas, o Brasil assistiria a manifestações de inédita envergadura, que se estenderam para ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte e, a seguir, ganharam as ruas das principais cidades do país. O que unificava a agenda dos manifestantes era o chamado “padrão Fifa”, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a contrapartida à população aos impostos que pagava.

Ontem, Lula afirmou que o imposto sobre herança no Brasil “é nada” perto do que é pago por norte-americanos, durante a comemoração dos 10 anos do Campus Lagoa do Sino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Buri (SP). O presidente fez a afirmação acerca do imposto sobre herança ao citar a doação de patrimônio por magnatas norte-americanas a estabelecimentos de ensino. Para Lula, o imposto mais alto sobre herança praticado nos EUA estimula a doação a universidades e institutos, o que é verdade.

Quando uma pessoa morre nos EUA, 40% da herança é paga de imposto. “Aqui, no Brasil, você não tem ninguém que faça doação porque o imposto sobre herança é nada, é só 4%. Então, a pessoa não tem interesse em devolver o patrimônio dela”. Na verdade, por aqui, o imposto varia entre 1% a 8%, de acordo com a unidade da federação — nos EUA, de 18% a 40%. O campus foi construído na antiga fazenda Lagoa do Simão, doada pelo escritor Raduan Nassar à UFSCar.

## Curva de Laffer

Aumentar impostos para arrecadar mais e obter o equilíbrio fiscal pela receita, sem cortar gastos, parece ser uma obsessão de Lula, mas quem paga o pato é Haddad, que também quer cortar gastos, e sofre uma intensa campanha na internet por parte da oposição por causa da reforma tributária. “Taxad”, “Taxador de Promessas”, “Zé do Taxão”, “Nostaxamus”, “Taxa Humana”, “Pero Vaz de Taxinha” são memes que circulam nas redes, com um humor corrosivo que deveria preocupar o governo.

A narrativa oficial é a defesa da justiça tributária, cuja grande bandeira foi a reforma aprovada pelo Congresso e que está sendo regulamentada. Nessa caminhada, privilégios, renúncias fiscais e impostos seletivos, tendo sempre Haddad como interlocutor, tornaram o ministro da Fazenda refém dessa pauta. A comparação da carga tributária de 30 países com as maiores tributações no mundo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP), mostra que o Brasil aparece em último lugar, atrás do Uruguai (9º) e da Argentina (22º). O ranking foi liderado por Irlanda, Suíça, EUA, Austrália e Coreia do Sul.

Os críticos do governo estão voltando à pauta generalista de junho de 2013, com o argumento verdadeiro de que a maioria dos contribuintes não vê melhoria da segurança pública, do sistema público de saúde, de estradas e rodovias. Argumentam que se financia a máquina do governo, partidária pelo PT, com aumento de impostos, sem contrapartida em bons serviços. Não é bem assim. A carga tributária média de 2023 caiu em relação ao ano anterior, mas como a arrecadação subiu, o discurso cola.

Ninguém gosta de pagar impostos — se gostasse, o nome seria outro. Existe uma teoria econômica sobre seus limites, a Curva de Laffer. A tese é de que há um ponto em que o aumento da carga tributária provoca perda de arrecadação, por saturação, ao inibir a atividade econômica. Na economia, o cálculo é possível; mas, na vida real, é quase inviável.

O modelo de Arthur Laffer, porém, foi adotado durante a presidência de Ronald Reagan como um dos argumentos para a redução de impostos nos EUA na década de 1980. Ou seja, a curva bate no teto da política.

## Jefferson paga por ataque a viatura da PF

O ex-deputado Roberto Jefferson entregou ao Supremo Tribunal Federal o comprovante de que pagou pelo conserto da viatura da Polícia Federal (PF) contra a qual disparou, em outubro de 2022, quando agentes da corporação compareceram à sua casa, no município de Levy Gasparian (RJ), para executar um mandado de prisão. O documento foi levado ao ministro Alexandre de Moraes junto de um pedido de revogação da prisão preventiva do ex-deputado. Jefferson pagou R\$ 39.581,32 pelo reparo da viatura, que tinha blindagem no para-brisas e nas laterais. O ex-deputado foi cobrado a reparar os danos em junho, quando a PF concluiu a sindicância sobre o episódio que o levou à prisão em flagrante por tentativa de homicídio dos agentes federais.

Reprodução



## JUDICIÁRIO

## Discurso de ódio é cruel com mulher, alerta Cármen

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, afirmou, ontem, considerar o discurso de ódio contra a mulher “muito cruel”. Ela fez uma comparação entre os ataques sofridos por homens e mulheres para dar dimensão da situação.

“Contra o homem, ‘é ladrão, é preguiçoso, é vagabundo’. Contra nós, [o discurso] é sexista, misógino e machista. E esse discurso não afeta só a mulher, mas toda a sua família. Aí muitas vezes a família, os filhos, acabam pedindo para que a mulher não continue na carreira política”, disse a ministra, que esteve no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Cármen também afirmou ser necessário lembrar aos eleitores brasileiros — diante da proximidade do pleito municipal, em outubro — de que o voto é sigiloso e que ninguém deve ser submetido a qualquer tipo de pressão. “Ninguém pode entrar com o celular na cabine de votação e ninguém pode saber em quem você

Luiz Roberto/Secom/TSE



votou. Isso precisa ficar claro para o eleitor”, frisou.

O presidente da Corte Eleitoral paulista, desembargador Silmar Fernandes, e o vice-presidente, desembargador José Antonio Encinas Manfré, entregaram para a ministra um levantamento que

mostra que 63% do corpo funcional do TRE-SP é formado por mulheres. O percentual é maior do que a média nacional de servidores no Poder Judiciário (56,2%), segundo pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com 68 cortes, considerando dados



**Contra o homem ‘é ladrão, é preguiçoso’. Contra nós, [o discurso] é sexista, misógino e machista. E esse discurso não afeta só a mulher, mas toda a sua família”**

**Ministra Cármen Lúcia,**  
presidente do TSE

de 2009 a 2018.

Dos 4.071 servidores que atuam no TRE-SP, incluindo os do próprio quadro e os requisitados de outros órgãos, 2.501 são mulheres. A grande maioria das servidoras (77%) trabalha nos cartórios eleitorais.

último reajuste. Desde janeiro de 2017, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 45,35%, de acordo com dados do Banco Central (BC).

“Com todos os atos, os servidores esperam chamar a atenção da sociedade para a necessidade de valorização da Regulação no país, além de pressionar o governo a equiparar as carreiras das agências com as do Ciclo de Gestão”, aponta o sindicato.

O MGI, no entanto, defende que a proposta prevê ganhos de 26% a 34% para a categoria, acumulados de 2023 a 2026. Na avaliação da pasta, essa recomposição representa um ganho acima da inflação projetada para o período. Apesar disso, os

## FUNCIONALISMO

## Servidores de agências param 48h

» RAPHAEL PATI

Em assembleia realizada na noite da segunda-feira passada, servidores de 11 agências reguladoras federais decidiram rejeitar a última proposta encaminhada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre o reajuste salarial e a reestruturação das carreiras. A categoria considerou insuficiente o aumento dos vencimentos dividido em duas

parcelas, de até 21,4% para cargos da carreira e até 13,4% para o Plano Especial de Cargos (PEC).

Para pressionar o governo, a categoria aprovou uma greve geral de 48 horas entre 31 de julho e 1º de agosto. Serviços como fiscalização em portos, aeroportos; abastecimento de energia elétrica e água; além do próprio trabalho de regulação de produtos considerados essenciais devem ser afetados. Sessenta por cento do Produto Interno Bruto (PIB) é regulado pelas 11 agências.

Segundo o Sinagências, sindicato que representa os servidores das agências reguladoras, a proposta não cobre as perdas inflacionárias acumuladas a partir de 2016, quando foi concedido o

último reajuste. Desde janeiro de 2017, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 45,35%, de acordo com dados do Banco Central (BC).

“Com todos os atos, os servidores esperam chamar a atenção da sociedade para a necessidade de valorização da Regulação no país, além de pressionar o governo a equiparar as carreiras das agências com as do Ciclo de Gestão”, aponta o sindicato.

O MGI, no entanto, defende que a proposta prevê ganhos de 26% a 34% para a categoria, acumulados de 2023 a 2026. Na avaliação da pasta, essa recomposição representa um ganho acima da inflação projetada para o período. Apesar disso, os

servidores das agências reguladoras reivindicam a adoção de um patamar remuneratório que corresponde a 75% dos vencimentos dos cargos de nível superior das autarquias.

A categoria também pede a reestruturação das carreiras, com a mudança de nomenclatura dos cargos para auditor federal em regulação e agente federal em regulação. As agências reguladoras ainda lidam com a falta de funcionários. Desde 2008, as agências reguladoras perderam mais de 3,8 mil servidores, por motivos como abandono de carreira, morte ou aposentadoria. Ministros do próprio governo Lula já manifestaram apoio às reivindicações da categoria.